

Considerando ainda que o técnico superior acima referido reúne os requisitos legais para o provimento no referido cargo conforme o exigido no artigo 20.º Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Planeamento e Avaliação, ao abrigo do estatuído nas disposições conjugadas do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2013, de 21 de março, e no meu despacho n.º 12384/2013, desta data, o licenciado Miguel Martins Agrochão, técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A presente designação produz efeitos a 1 de outubro de 2013.

26 de setembro de 2013. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

#### Nota curricular

Miguel Martins Agrochão, natural de Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira, nascido a 17 de agosto de 1987, solteiro e residente em Lisboa.

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em 2009, com 14 valores em 20; Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração em 2010, com 17 valores em 20 e mestre em Economia e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 2012, com 16 valores em 20.

De 17 de setembro de 2012 a 30 de setembro de 2013 exerceu de funções de Consultor Sénior na empresa Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S. A., mediante licença sem vencimento na Administração Pública.

Em 2 de agosto de 2010 iniciou funções públicas por tempo indeterminado com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros para o desempenho de funções inerentes à categoria de técnico superior da carreira de técnico superior, integrando a Direção de Serviços Financeiros e Contabilidade. No decurso do seu percurso é de destacar a assunção da responsabilidade de gestor de projeto de implementação do GeRFiP — solução de gestão de recursos financeiros em todas as entidades apoiadas pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Em 27 de outubro de 2009 foi eleito para o executivo da Junta de Freguesia de Carnide, onde assumiu os pelouros de tesouraria e finanças, património, educação e desporto. Exerceu funções até ao dia 24 de setembro de 2012, dia no qual renunciou ao mandato.

Em 27 de outubro 2005 foi eleito para o executivo da Junta de Freguesia de Carnide, onde assumiu os pelouros de tesouraria e finanças, património, desporto e saúde.

21252013

#### Despacho n.º 12386/2013

O Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2013, de 21 de março, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A Portaria n.º 79/2012, de 27 de março, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços da Secretaria-Geral contemplando, no seu artigo 4.º, a Direção de Serviços Financeiros e de Contabilidade.

Considerando a vacatura do cargo de diretor de serviços Financeiros e de Contabilidade ocorrida em 9 de setembro de 2013 e que se torna necessário assegurar o normal funcionamento daquela unidade orgânica importa designar o respetivo titular, em regime substituição;

Considerando o perfil e as competências técnicas e pessoais da técnica superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral Deolinda da Conceição Pedro Grilo Morgado, conforme nota curricular anexa ao presente despacho;

Considerando ainda que a técnica superior acima referida reúne os requisitos legais para o provimento no referido cargo, conforme o exigido no artigo 20.º Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, para o cargo de diretora de serviços Financeiros e de Contabilidade, ao abrigo do estatuído nas disposições conjugadas do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2013, de 21 de março, e no artigo 4.º da Portaria n.º 79/2012, de 27 de março, a licenciada Deolinda da Conceição Pedro Grilo Morgado, técnica superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A presente designação produz efeitos a 1 de outubro de 2013.

26 de setembro de 2013. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

#### Nota curricular

Deolinda da Conceição Pedro Grilo Morgado, natural de Alcochete, freguesia de Alcochete, nascida em 3 de março de 1964, casada e residente em Loures.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ISMAE — Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas e Gestão) em 1995; bacharelato em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Tecnologia de Tomar em 1991; técnica oficial de contas, Curso de Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração em 2007; Curso de Plano Oficial de Contabilidade Pública pela Direção-Geral do Orçamento em 2002; Curso Regime da Contratação Pública pelo Instituto Nacional de Administração em 2008.

Em 1 de agosto de 2013 assinou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros para o desempenho de funções inerentes à categoria de técnica superior da carreira técnica superior (aviso n.º 10789/2013, de 2 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 2 de setembro de 2013).

Transferida para a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros na categoria de técnica superior, com efeitos a 2 de janeiro de 2013 mediante concurso (aviso n.º 6434/2012, de 11 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 92).

De janeiro de 2008 a dezembro de 2012 exerceu funções como técnica assessora no Gabinete de Contratação do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça do Ministério da Justiça.

Nomeada técnica superior como assessora do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça do Ministério da Justiça, precedendo concurso, com efeitos a 11 de fevereiro de 2008 (aviso n.º 5497/2008, de 28 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2008).

Nomeada em comissão de serviço para o cargo de chefe coordenadora do orçamento do quadro do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça do Ministério da Justiça no período de 1 de maio a 31 de dezembro de 2007.

Nomeada em comissão de serviço para o cargo de chefe coordenadora do Gabinete do PIDDAC do quadro do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça do Ministério da Justiça no período de 16 de março de 2005 a 30 de abril de 2007.

Nomeada (procedendo concurso) na carreira técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça do Ministério da Justiça (aviso n.º 952/2005 de 25 janeiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 2 de fevereiro de 2005).

Transferida (procedendo concurso) para o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça do Ministério da Justiça em agosto de 2001.

Nomeada (procedendo concurso) na carreira técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (despacho n.º 22784/99, de 4 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 274, de 24 de novembro de 1999).

Nomeada (procedendo concurso) na carreira técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (despacho n.º 6520/99, de 16 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 1 de abril de 1999).

Nomeada (procedendo concurso) na carreira técnica de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (despacho n.º 2690/98, de 26 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 13 de fevereiro de 1998).

Nomeada definitivamente como técnica de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (despacho de 11 de janeiro de 1995, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 16 de fevereiro de 1995).

Ingresso na carreira como estagiária, em regime de contrato administrativo de provimento do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (despacho de 29 de junho de 1993, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 1 de setembro de 1993).

21262013

#### Direção-Geral do Património Cultural

##### Anúncio n.º 318/2013

**Abertura de novo procedimento de classificação da Casa de Santiago e Aqueduto, no lugar de Santiago, freguesia de Castelões, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, e fixação da respetiva zona especial de proteção provisória (ZEPP).**

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, por meu despacho de 31 de julho

de 2013, exarado sobre informação da Direção Regional de Cultura do Norte, determinei a abertura de novo procedimento de classificação da Casa de Santiago e Aqueduto, no lugar de Santiago, freguesia de Castelões, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, e a fixação da respetiva zona especial de proteção provisória (ZEPP).

2 — Nos termos da alínea c) ii) do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, indicam-se os bens imóveis que devem ser preservados, para garantir um bom enquadramento do conjunto em vias de classificação, conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio.

3 — O referido conjunto está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

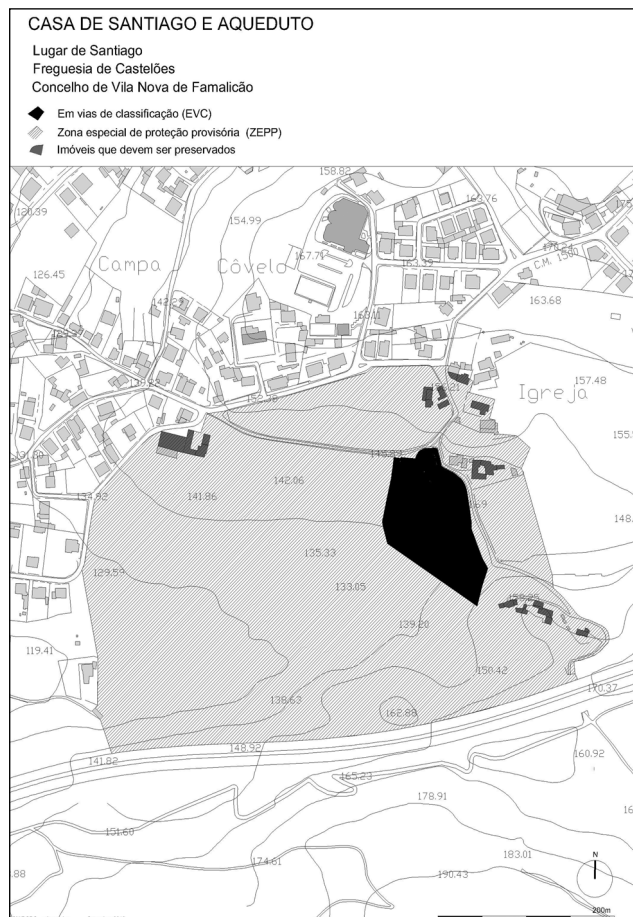
4 — O conjunto em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona especial de proteção provisória, conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio, ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

5 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

- Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), [www.cultura-norte.pt](http://www.cultura-norte.pt)
- DGPC, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, [www.cm-vnfamalicao.pt](http://www.cm-vnfamalicao.pt)

6 — Conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, poderão os interessados, sustentando o facto, reclamar ou interpor recurso tutelar do ato que decide a abertura do procedimento de classificação e da delimitação da respetiva zona especial de proteção provisória (ZEPP), no prazo de quinze dias úteis, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, junto da Direção Regional de Cultura do Norte — Direção de Serviços dos Bens Culturais -, Casa de Ramalde, Rua Igreja de Ramalde, 1, 4149 — 011 Porto.

11 de setembro de 2013. — A Diretora-Geral do Património Cultural, *Isabel Cordeiro*.



207262893

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra de Estado e das Finanças

#### Despacho n.º 12387/2013

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 131/2012, de 25 de junho, o conselho diretivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.), é composto por um presidente e dois vogais **designados** de entre os membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD), caducando automaticamente o seu mandato com a cessação das funções de administrador da CGD.

Face às recentes alterações no conselho de administração da CGD, torna-se necessário proceder à designação dos novos membros do conselho diretivo da CGA, I. P.

Assim, ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 131/2012, de 25 de junho:

1 — São **designados** os membros do conselho diretivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. como a seguir se indica:

Presidente: Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz  
Vogais: Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues  
Dra. Ana Cristina de Sousa Leal

2 — As presentes **designações** são fundamentadas na reconhecida aptidão e experiência profissional dos **designados**, evidenciadas nas notas curriculares anexas ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 8 de julho de 2013.

25 de setembro de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

#### Curriculum Vitae

**Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz**

**Data de Nascimento:**

2 de novembro de 1968.

#### Cargos que Exerce:

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;

Presidente da Gerbanca, SGPS, S.A.;

Presidente da Parbanca, SGPS, S.A.;

Presidente da Partang, SGPS, S.A.;

Presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola;

Presidente do Banco Caixa Geral Brasil;

Vice-Presidente do Banco Comercial e de Investimento, S.A. (Moçambique);

Presidente do Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau);

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CGD Pensões — Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.;

Professor convidado no INDEG/ISCTE;

Professor no ISG do Mestrado de Investimento e Internacionalização de Empresas;

Professor convidado na Universidade Agostinho Neto, em Luanda;

Vice-Presidente da Associação Comercial de Lisboa;

Presidente Conselho Fiscal CDUL;

Membro do Conselho Consultivo do Harvard Club de Portugal;

Membro do Conselho Consultivo do ISG/INB;

Membro do Conselho Consultivo do INDEG Business School ISCTE — IUL;

Conselheiro do CDS;

Membro do Comité de Sustentabilidade do LIDE Portugal;

Membro do Conselho Editorial da Revista Marinha.

#### Cargos que Exerceu:

##### Cargos Empresariais:

2012 Presidente da Caixa Gestão de Activos, S.A.;

2012 Administrador da Locarent — Companhia portuguesa de Aluguer de viaturas, S.A.;

2012 Presidente da Caixa Leasing e Factoring — IFIC, S.A.;

2011 Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., Moçambique;

2011 Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa — Gestão imobiliária, S.A.;